

HAVERÁ LUGAR PARA O OLHAR DE GÊNERO NA CIÊNCIA BRASILEIRA?

There will be place for gender look at brazilian science?

Regina Beatriz Vargas³

Resumo

O presente trabalho descreve estudos preliminares voltados à construção de indicadores sociais de gênero nas ciências, desenvolvidos no âmbito do Projeto Repercussões sociais da ciência, tecnologia e inovação, no LaDCIS – Laboratório de Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação da UFRGS. O artigo introduz a crítica feminista à ciência tradicional e os esforços acadêmicos de feministas no sentido de resgatar o papel da mulher e sua participação na produção do conhecimento científico e tecnológico e de evidenciar o caráter não neutro da ciência a partir da crítica à pseudo objetividade de seus pressupostos. Faz um breve apanhado das repercussões dos estudos feministas nas ciências, no âmbito dos países do norte global, especialmente nos EUA, seguido de um mapa em grandes linhas do cenário brasileiro dos estudos de gênero e da situação atual dessa temática no âmbito das principais instituições de desenvolvimento científico no país. Os resultados do mapeamento preliminar apontam para a precariedade das análises de gênero em C,T&I no Brasil. O artigo finaliza, apresentando o conceito de *inovações com recorte de gênero* introduzido por Londa Schiebinger, e contrapondo a situação brasileira aos eixos de análise da perspectiva de gênero propostos pela mesma autora, com vistas a apontar trilhas para o avanço das análises de gênero na ciência desenvolvida no Brasil.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Estudos feministas. Ciência, Tecnologia e Inovação. Inovações com recorte de gênero.

Abstract

The present paper describes preliminary studies that aim at the development of gender indicators for science and technology (S&T), which has

3 Mestre em Sociologia/UFRGS – Pesquisadora do LaDCIS/UFRGS – E-mail: regina.vargas@ufrgs.br.

been carried out as part of the Social Repercussions of Science, Technology and Innovation Project, of LaDCIS – the Laboratory for Dissemination of Science, Technology and Innovation, UFRGS. The article briefly introduces feminist criticism to the traditional science as well as the efforts by feminist scholars for retrieving the role and participation of women in the production of the scientific and technological knowledge so far and for contesting the claims of rationality and objectivity of assumptions and methods of traditional science. The article brings, then, a brief overview of the repercussions of women's studies on sciences in developed countries, particularly in U.S., followed by a broad description of the Brazilian context of gender studies and the current situation of this theme within the main institutions of S&T development in the country. The first findings reveal a significant lack of gender analysis in Brazilian ST&I activities. The conclusion brings the concept of gendered innovations devised by Londa Schiebinger and confronts the Brazilian identified situation with the levels of analysis proposed by Schiebinger, aiming at indicating some paths towards the advancement of gender analysis in science and technology produced in Brazil.

Keywords: Gender studies. Feminist studies. Science, Technology and Innovation. Gendered innovations.

Introdução

Estudos sobre como o gênero influencia, modela e estrutura o modo como se faz ciência, o tipo de tecnologia desenvolvida e a forma como esta é utilizada ainda constituem um campo novo e, ousa-se afirmar aqui, desconhecido da maioria dos pesquisadores e pesquisadoras no Brasil. De um modo geral, a produção científica brasileira parece – ainda escudada sob uma obsoleta ideia de neutralidade da ciência – desconsiderar o fator gênero enquanto variável que pode afetar pressupostos e resultados da pesquisa científica e, quase sempre, suas repercussões.

Em 1999, Londa Schiebinger⁴ se perguntava: “o feminismo mudou a ciência?” E concluía apontando mudanças substantivas ocorridas em algumas áreas e avanços quanto ao reconhecimento dos impactos do fator gênero na pesquisa científica e tecnológica – avanços resultantes, em parte, do

4 SCHIEBINGER, Londa. *Has feminism changed science?* Cambridge: Harvard University Press, 1999

crescente ingresso de mulheres na academia e, principalmente, do desenvolvimento de estudos feministas. Porém, sinalizava um longo caminho por percorrer até se poder afirmar que a ciência mudou. Em um esforço de síntese e de “tradução” das linguagens especializadas da literatura sobre gênero e ciência produzida em campos variados do conhecimento, Schiebinger vai além da crítica feminista ao fazer científico, indagando quais mudanças benéficas e concretas o feminismo imprimiu à ciência. Nas suas palavras: “Por tempo suficiente, temos questionado o que a ciência está fazendo de modo errado. Agora é hora de averiguarmos o que os estudos de gênero podem oferecer na forma de novas abordagens e de novas prioridades e projetos de pesquisa” (SCHIEBINGER, 1999, pp.1-2; *tradução minha*).

No Brasil, cresce o acesso das mulheres aos cursos de graduação e pós-graduação, já havendo paridade em certas áreas como química e engenharia de processos. Mas persiste uma clara divisão sexual na distribuição entre as áreas de conhecimento. As mulheres, com raras exceções, ocupam a maioria das vagas dos cursos de menor *status* e das áreas ligadas ao cuidado e serviços (educação, psicologia, enfermagem, serviço social)⁵.

Há vários estudos no Brasil sobre gênero e ciência, mas estes, em geral, ou estão focados na participação das mulheres na academia e na produção científica usando indicadores quantitativos de participação por área e por funções hierárquicas, ou concentram-se nas relações de gênero implicadas nas práticas de diferentes áreas da ciência. Muito pouco se discute sobre abordagem de gênero, seja na definição das prioridades de pesquisa ou no desenho dos métodos, modelos e sujeitos de pesquisa, seja nos distintos impactos das tecnologias resultantes sobre a vida de homens e mulheres, entre outras questões relevantes para uma ciência comprometida com a igualdade.

Apoiado nas perspectivas de teóricas feministas como Sandra Harding (1983, 1987, 1991, 2010), Helen Longino (1987, 1989, 1990) e a já citada Londa Schiebinger (1987, 1999, 2012), este artigo traz um breve apanhado dos questionamentos levantados pelos estudos feministas ao modo tradicional do fazer científico e busca situar o Brasil no contexto da abordagem de gênero na ciência, apontando desafios e caminhos para isto.

Buscando apontar os desafios a tal empreendimento, este artigo orga-

5 Ver, por exemplo, estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2013).

niza-se em quatro seções, além desta introdução: a primeira discorre sobre a crítica feminista à ciência tradicional, destacando as mudanças de paradigma alcançadas em âmbito internacional e alguns dos impactos dos estudos feministas sobre o fazer científico nas últimas três décadas. A segunda situa os estudos feministas no contexto brasileiro em comparação com seu desenvolvimento nos países do norte, particularmente EUA. A terceira traz dados para uma análise do lugar do gênero na ciência brasileira. E, por fim, a quarta seção apresenta o conceito de *inovações com recorte de gênero* e os três níveis de análise, para o enfoque de gênero nas ciências, propostos por Schiebinger (2012), com vistas a apontar caminhos para a construção desse olhar na ciência brasileira.

A crítica feminista e o enfoque de gênero na ciência

Ao longo do século XX, os estudos feministas despontaram, consolidando-se como uma escola teórica de crescente legitimidade e relevância para o desenvolvimento das ciências, particularmente das ciências sociais. A pesquisa feminista apontou a sistemática desconsideração da produção científica das mulheres na tradição acadêmica ocidental. Tal crítica pôs em questão os pressupostos fundantes da Ciência Moderna, denunciando a falácia de sua suposta “neutralidade” garantidora da objetividade necessária à busca de “verdades científicas”. Sem recorrer a tais fundamentos, as práticas feministas de produção do conhecimento apoiam-se em uma *práxis* política voltada a transformar as relações de gênero vigentes na sociedade moderna (SARDENBERG, 2007).

Schiebinger (1987) identificou quatro abordagens conceituais no campo de estudos sobre gênero e ciência: uma primeira resgata da obscuridade as mulheres cujas contribuições científicas foram negligenciadas pela corrente predominante de historiadores da ciência; a segunda, complementar à anterior, analisa a participação das mulheres nas instituições científicas enfatizando seu limitado acesso aos meios de produção científica e seu *status* atual nas profissões científicas. A terceira examina o modo como as ciências têm representado (e deturpado) a natureza das mulheres. Uma quarta abordagem analisa a natureza masculina da ciência, tentando desvelar distorções nas próprias normas e métodos científicos que resultaram da histórica exclusão das mulheres do processo de construção de ciência ocidental moderna.

A emergência da teoria feminista nos anos 1970-1980 tinha, portanto, uma faceta política – buscava estimular mudanças na vida cotidiana desvelando o papel das ideologias de gênero na estrutura subjacente a nossos modos de organização (FOX-KELLER, 2006). Tal intento implicava reexaminar os pressupostos básicos fundantes dos campos tradicionais do saber acadêmico. Outro seria o mundo, se tivesse sido percebido, descrito, estudado e pensado a partir da perspectiva das mulheres. Ao desvelar os vínculos entre produção do conhecimento e interesses de classe, a teoria crítica evidenciou que as teorias sociais normativas ditas “neutras” ou imparciais podem mistificar a realidade, colocando-se a serviço da manutenção do *status quo* capitalista ao invés de transformá-lo. A clivagem de gênero constitui um aspecto ainda mais ubíquo da realidade social do que a classe. Em vista disso, o feminismo assumiu para si a tarefa de desvelar os aspectos dessa realidade ocultados e deformados pela vinculação do “humano” ao “masculino”, e colocou em questão praticamente todo o conhecimento científico e visão de mundo construídos pela ciência (HELD, 1985; HARDING, 2010; VARGAS, 2012).

O que distingue a pesquisa feminista não é a natureza do método utilizado, nem um conteúdo específico que possa produzir, e sim seu processo – o modo como utiliza os métodos convencionais, as áreas ou objetos que aborda e o modo como emprega suas descobertas (HARDING, 1987; LONGINO, 1987). Os estudos feministas concentram-se nas condições sociais das mulheres em uma sociedade sexista, patriarcal, de dominação masculina. Buscam lançar luzes sobre práticas sexistas não percebidas, aceitas como naturais/normais; sobre a “cegueira de gênero” das políticas e das instituições, que tendem a excluir, ignorar, invisibilizar e/ou silenciar as mulheres gerando uma ordem social desigual e discriminatória.

Ao longo do século XX, especialmente com o surgimento dos primeiros estudos sobre gênero e ciência na América do Norte e na Europa ocidental, observaram-se avanços significativos no acesso das mulheres às áreas das chamadas “ciências duras”. O entendimento, estimulado pela ação política de acadêmicas e acadêmicos feministas, de que as competências e habilidades para áreas como matemática, física e engenharias não são exclusividade masculina levou à formulação de políticas de fomento à inserção de mulheres nessas áreas. Estudos feministas da ciência modificaram o conteúdo do conhecimento humano em várias disciplinas⁶. As políticas jogam

um papel crucial nessas mudanças – seja via aporte de recursos e criação de programas de estímulo à inserção de mulheres em áreas científicas de ponta, seja via diretrizes e normas que condicionam o financiamento de pesquisas à inclusão de abordagem de gênero⁷ e/ou étnica (SCHIEBINGER, 1999; 2012).

No entanto, embora significativos, tais avanços estão longe de representar mudança de fato no fazer científico. Mesmo nos países do norte global, pioneiros nas ações de fomento à participação das mulheres na produção científica e na eliminação do viés de gênero na pesquisa, ainda se observa grande disparidade entre os números de mulheres e de homens nas chamadas *hard sciences* e, principalmente, nas escalas hierárquicas de maior poder e prestígio e entre os detentores de maior volume de recursos para pesquisa.

O cenário brasileiro

O contexto de emergência dos estudos de gênero no Brasil é o dos movimentos de mulheres e feminista por melhores condições de vida, creches, saúde e democratização, durante a ditadura militar – movimento marcado pela militância política em partidos de esquerda e na luta democrática. Tal origem na mobilização social marcou sua trajetória – a presença simultânea das feministas nos movimentos sociais e partidos de esquerda e na academia, em boa medida, pautou as temáticas priorizadas pelos estudos de gênero, que tanto bebiam da experiência de mobilização como constituíam instâncias de reflexão e elaboração de novas demandas.

Nesse aspecto, o feminismo acadêmico brasileiro distinguiu-se daquele que se desenvolveu nos EUA. Lá, os estudos feministas nasceram, juntamente com os estudos raciais, de protestos que emergiam nas universidades nos 1960s e questionavam a organização científica e profissional

6 Por exemplo, história, arqueologia, biologia, medicina (SCHIEBINGER, 1999).

7 Por exemplo, as diretrizes estabelecidas pelos National Institutes of Health – NIH, em 1994 e atualizada em 2000, para a inclusão de mulheres e de minorias como sujeitos de pesquisa em investigações clínicas: *NIH Guideline on The Inclusion of Women and Minorities as Subjects in Clinical Research - Updated August 1, 2000*. Disponível em: < http://grants.nih.gov/grants/funding/women_min/guidelines_update.htm>. Acesso em 07.07.2013.

dominante, seus critérios de autoridade científica, sua hierarquia e os pressupostos científicos que fundavam as correntes preponderantes da sociologia. Nesse contexto, a reflexão sobre a experiência das mulheres e a crítica ao *establishment* através dos *women's studies* realizaram-se, principalmente, na docência, com a criação de novos cursos e programas universitários (HEILBORN; SORJ, 1999; REYNOLDS *et al.*, 2007).

Já no Brasil, o contexto político e social atraiu o foco dos estudos de gênero para as questões sociais que afetavam as mulheres. Assim, esses estudos, ao invés de questionar a organização e a hierarquia acadêmicas, voltaram-se para a sociedade e a organização do Estado, buscando subsidiar a formulação de políticas públicas com enfoque de gênero. A militância nos movimentos, paralela à atuação acadêmica, deixou em segundo plano uma ação questionadora mais incisiva nas universidades. Além disso, a luta por democracia exigia fomentar a união nesses espaços, e não um confronto. Núcleos de estudos sobre a mulher e gênero criaram-se em várias universidades, em lugar de cursos e programas universitários como ocorreu nos EUA, e adotaram linhas de pesquisa variadas relacionadas à experiência das mulheres⁸.

As feministas brasileiras tiveram sucesso em sua estratégia de dar visibilidade aos problemas que afetam a vida das mulheres e introduzir novos paradigmas de análise dessas questões, pautando-as tanto no campo social e político como no teórico, acadêmico. Tal estratégia, no entanto, já em meados dos 1990s dava sinais de esgotamento, sem que outra capaz de fazer frente aos novos desafios se anunciasse (SOARES, 1994). Visibilidade, por si só, não assegurou nem assegura a superação dos problemas, e sobram lacunas em várias áreas da sociedade para que as desigualdades de gênero possam ser eliminadas. A reprodução de antigos paradigmas e estereótipos nas práticas cotidianas das instituições brasileiras e de muitos profissionais em diferentes setores, sugere a falta da abordagem de gênero nas diretrizes que orientam tais práticas⁹, o que pode ser resultado da pouca disposição das e dos feministas a um confronto na academia sobre o modo

8 Destacavam-se nessas linhas as temáticas trabalho, família, educação, participação política, saúde, sexualidade

9 Ver, por exemplo, estudo de VARGAS, 2012 sobre políticas de saúde das mulheres e a educação médica no Rio Grande do Sul.

como se está a produzir conhecimento e, sobretudo, como se segue formando os cientistas e profissionais que ocuparão posições nas instituições e atenderão as demandas da sociedade.

O lugar do gênero na produção científica brasileira

Se o feminismo logrou tornar visível a desigualdade de gênero no Brasil e impulsionar a formulação de políticas públicas para o enfrentamento dessas desigualdades, as conquistas acadêmicas do movimento foram bem mais tímidas. O campo de estudos de gênero permaneceu marginal na academia. Apesar da criação de um grande número de núcleos de pesquisa nessa área no Brasil, com raras exceções, não se constituíram cursos interdisciplinares de estudos feministas ou de gênero, seja de graduação ou de pós-graduação. Mas isso não é tudo.

Mais importante, *Estudos de gênero* ou *Estudos Feministas* sequer aparecem na classificação de Áreas de Conhecimento definida pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. A tabela, organizada em quatro níveis – grande área, área, subárea e especialidade – e totalizando 340 disciplinas recebeu, em 2008, por decisão do Conselho Superior da CAPES, a inclusão da Grande Área Multidisciplinar que contempla “as áreas Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Além disso, criou dentro da área Interdisciplinar, as subáreas Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas; e Sociais e Humanidades” (CAPES, 2012). Em nenhuma delas se encontra *Estudos de Gênero* ou *Estudos Feministas*, o que nos dá a dimensão da importância que esse campo de conhecimento recebe no Brasil.

Esse fato não deve surpreender, posto que entre os vinte membros do Conselho Superior da Capes (CAPES, 2013) só se encontram duas mulheres, nenhuma delas entre os membros natos (7 homens) ou entre os representantes do setor acadêmico (mais 7 homens). Esse desequilíbrio de gênero nos órgãos de gestão da educação superior não constitui exclusividade da CAPES: a diretoria executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (2013) está composta por cinco homens e nenhuma mulher; o conselho deliberativo da instituição inclui quinze membros, dos quais só três são mulheres; os comitês de assessoramento têm sua composição majoritariamente masculina – em seu conjunto, os 48 comitês contam com 229 assessores e 107 assessoras, sendo que nas áreas

das ciências exatas e da terra e nas áreas de maior prestígio acadêmico, o sexo masculino detém o monopólio quase absoluto. A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação segue esta mesma lógica: entre os seus doze membros, há apenas uma mulher (MEC, 2013). Essa configuração das instâncias de “poder” na educação superior, por um lado, só repete a situação prevalente de dominação masculina das instâncias decisórias e de controle dos recursos, em todas as esferas da vida social, no Brasil como no resto do mundo em maior ou menor escala. Por outro lado, aponta como uma séria ameaça ao projeto de construção da igualdade de gênero, pois, quando o centro de irradiação do conhecimento e da cultura não está apropriado dos conceitos e valores que orientam esse projeto, fica fácil entender porque três décadas de investimento feminista em estratégias políticas de construção da igualdade tiveram tão poucos resultados substantivos.

À guisa de conclusão: trilhas para a mudança

Apontando o alto custo econômico e social das pesquisas com viés de sexo e de gênero, especialmente na área da saúde, Londa Schiebinger introduziu, em 2005, o conceito de *inovações com recorte de gênero (gendered innovations)* (SCHIEBINGER *et al.* 2011-2013). Este refere-se ao uso da análise de sexo e de gênero como um *recurso* no desenvolvimento de novos conhecimentos e tecnologias¹⁰. Tratando de sondar caminhos para a mudança, no escopo dos estudos de ciência, tecnologia e gênero, Schiebinger (2012) destaca três níveis de análise, visando compreender as conexões entre mulheres, instituições e os conceitos de sexo e gênero nas ciências: a participação *das mulheres* na ciência; o lugar do gênero *nas instituições científicas* e a análise de gênero *na pesquisa*.

Tomando esses níveis como etapas para mudança, e trazendo a análise para o contexto brasileiro, vemo-nos diante de um abismo. Não só as mulheres são ainda muito poucas nas áreas científico-tecnológicas como também não existem políticas de incentivo ao seu ingresso nessas áreas

10 Schiebinger criou um projeto de mesmo nome (*Gendered Innovations project*), revisado por pares, o qual desenvolve métodos práticos para a análise de sexo e gênero, destinados a cientistas e engenheiros, e disponibiliza estudos de caso que demonstram como a análise de sexo e gênero pode conduzir à inovação (Ver em: <<http://genderedinnovations.stanford.edu>>).

e praticamente não há mulheres nos espaços decisórios. Ademais, dados desagregados por gênero são escassos e, muitas vezes difíceis de acessar. Faltam diretrizes para a equidade de gênero nos espaços de produção científica e tecnológica e o ingresso massivo de mulheres na educação superior não tem apontado para a superação das desigualdades, pois persiste uma divisão de gênero entre as áreas.

Quanto ao lugar do gênero nas *instituições* científicas, a própria classificação da CAPES das áreas de conhecimento é o exemplo cabal de que este lugar simplesmente não existe. Nesse contexto, não pode haver qualquer expectativa da integração da análise de gênero *na pesquisa*. Portanto, há um grande caminho a percorrer e os estudos de gênero deveriam voltar seu foco urgentemente para a academia e as instituições de desenvolvimento científico e tecnológico.

Uma política recente do CNPq, supostamente comprometida com a promoção da participação das mulheres na ciência, é reveladora da cegueira de gênero que afeta os órgãos de ciência e tecnologia brasileiros: o programa “tem por objetivos *estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos* no País e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas” (CNPq, 2013 – *grifo meu*). Ou seja, mais do mesmo, pois esta reflexão e produção é o que feministas no Brasil vêm fazendo há três décadas.

Finalizando, é importante mencionar que não se trata aqui de dizer que nada acontece com enfoque de gênero nas universidades e na pesquisa brasileira. Várias iniciativas podem ser identificadas, mas o fato é que elas são exceções. São o resultado de crenças e valores de determinadas pessoas e não traduzem uma política nacional – ou local que seja – com esses valores, único meio com potencial para efetivar mudanças.

Referências

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de Áreas de Conhecimento**. 2012. Acesso em 26 de junho de 2013, disponível em CAPES: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Sobre a Capes - Conselho Superior / Conselho Técnico-Científico da Educação Superior**. 2013. Acesso em 26 de junho de 2013, disponível em CAPES: <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/conselho-superior>

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Institucional**. 2013. Acesso em 26 de jun de 2013, disponível em CNPq: <http://www.cnpq.br/web/guest/o-cnpq;jsessionid=57A825CE16EAA604FF08438791DD9120>

FOX- KELLER, E. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu** , jul-dez 2006, pp.13-34.

HARDING, S.. Why has the sex/gender system become visible only now? In: S. HARDING, & M. B. HINTIKKA, **Discovering reality: Feminist perspectives on epistemology, metaphysics, methodology and philosophy of science** (pp. 311-324). Boston: D. Reidel, 1983.

HARDING, S.. Introduction: Is there a feminist method? In: S. HARDING, **Feminism and methodology : social science issues** (pp. 1-14). Bloomington: Indiana University Press, 1987.

HARDING, S.. Strong Objectivity and Socially Situated Knowledge. In: S. Harding, **Whose science? Whose knowledge?** Open University Press, 1991.

HARDING, S.. Gender, Democracy, and philosophy of science. **The Pantaneto Forum** , n. 38, Abril de 2010.

HEILBORN, M. L.; SORJ, B.. Estudos de Gênero no Brasil - 1975-1995. In: MICELI, S. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)** (pp. 183-221). São Paulo: Sumaré, 1999.

HELD, V.. Feminism and Epistemology: recent work on the connection between gender and knowledge. **Philosophy & Public Affairs** , Vol. 14, No. 3, Summer 1985, pp. 296-307.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Tei-

xeira. **Censo da educação superior**: 2011 - resumo técnico. Brasília: INEP, 2013.

LONGINO, H. E.. Can there be a feminist science? **Hypatia** , v. 2, n.3, Fall 1987, pp. 51-64.

LONGINO, H.. Feminist critique of rationality: critiques of science or philosophy of science? **Women's Studies Int. Forum** , 12 (3), 1989, pp. 261-269.

LONGINO, H. E.. **Science as social knowledge**: values and objectivity in scientific inquiry. Princeton: Princeton University Press, 1990.

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Institucional - Quem é quem**. 2008-2013. Acesso em 26 de jun de 2013, disponível em Portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação: http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/338352/Quem_e_Quem.html

MEC - Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. 2013. Acesso em 26 de junho de 2013, disponível em Portal MEC: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12449&Itemid=754

REYNOLDS, M., SHAGLE, S.; VENKATARAMAN, L.. **A national census of women's studies programs in U.S.** institutions of higher education. Chicago: NORC - National Opinion Research Center - University of Chicago, Dec, 2007.

SARDENBERG, C. M.. **Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?** (jan-jun de 2007). Acesso em 04 de 06 de 2011, disponível em labrys, études féministes/ estudos feministas: <http://www.tanianavarrowswain.com.br/labrys/labrys11/libre/cecilia.htm>

SCHIEBINGER, L. L.. The history and philosophy of women in science: a review essay. **Signs** , 12 (2), winter de 1987, pp. 305-332.

SCHIEBINGER, L. L.. **Has feminism changed science?** Cambridge: Harvard University Press, 1999.

SCHIEBINGER, L. L.. Gendered innovations in biomedicine and public health research. In: S. OERTEL-PRIGIONE, & V. (. REGITZ-ZAGROSEK, **Sex and gender aspects in clinical medicine** (pp. 5-8). Springer-Verlag London Limited, 2012.

SCHIEBINGER, L. L.; SCHRAUDNER, M.. Interdisciplinary approaches to achieving gendered innovations in Science, Medicine and Engineering. **Interdisciplinary Science Review** , 36 (2) jun 2011, pp. 154-167.

SCHIEBINGER, L.; KLINGE, I. S.; SCHRAUDNER, M.. **What is Gendered Innovations**. Acesso em 15 de jun de 2013, disponível em: Gendered Innovations in Science, Health & Medicine, Engineering and Environment: <http://genderedinnovations.stanford.edu> 2011-2013

SOARES, V.. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Estudos Feministas**, 2 (2º semestre), 1994, pp. 11-24.

VARGAS, R. B.. **A saúde integral das mulheres e a educação médica: uma ponte por construir**. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - agosto de 2012, 283 pp. Porto Alegre, RS.